

Liberdade religiosa: Algumas questões *

A liberdade religiosa foi sempre um tema de grande importância para a vida da Igreja. Podemos dizer que a própria ideia de liberdade religiosa se afirmou a partir da concepção cristã do homem: o dualismo introduzido pela mensagem cristã entre obediência a Deus e obediência ao poder político foi o estímulo fecundo que fez amadurecer a consciência do direito de cada ser humano em não sofrer coação nas próprias opções religiosas.

Os acontecimentos da sociedade moderna, com a afirmação de uma ideia de liberdade autônoma em relação a qualquer fundamento transcendente e, em última análise, autolegisladora, impellem a Igreja a denunciar a profunda ambivalência dos processos de liberdade que se vão afirmando nas sociedades ocidentais. É uma oposição que, apesar das aparências, defende uma ideia mais profunda de liberdade: na visão cristã, a liberdade não é só emancipação de qualquer referência transcendente e de qualquer instância de verdade, mas é sempre uma liberdade «do alto»: a verdade pressupõe a liberdade e a liberdade pressupõe o seu cumprimento na verdade.

O Concílio Vaticano II, com a Declaração *Dignitatis Humanae*¹, assinalou uma profunda mudança de atitude: continuando

* Este artigo pretende analisar algumas questões do âmbito jurídico-canônico, sem a pretensão de tratar da liberdade religiosa em todas as suas componentes. É uma simples homenagem ao saudoso Prof. Doutor Padre Manuel Isidro Alves, sacerdote zeloso, acadêmico competente, homem atento aos outros, e que foi meu Professor de Sagrada Escritura e Reitor amigo.

¹ Cf. Declaração *Dignitatis Humanae*, 7.12.1965, in AAS 58 (1966) 929-941.

com o magistério precedente, a Igreja reconheceu o valor dos processos modernos de liberdade, o valor dos direitos de liberdade próprios dos ordenamentos jurídicos contemporâneos. O Concílio abriu caminho a uma nova imagem das relações Igreja-comunidade política e criou as condições para uma valorização das liberdades mesmo dentro da Igreja. Decorridos estes anos, o tema da liberdade religiosa conserva todo o seu interesse para a vida da Igreja: seja em ordem às suas relações com o mundo, seja face às relações internas dentro da comunidade eclesial; esta, na verdade, não pode prescindir do princípio de liberdade, antes, a sua missão no mundo de hoje parece chamá-la a colocar os fundamentos para um futuro humanismo caracterizado pela liberdade cristã.

Não nos vamos deter na «Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão» de 26.08.1789² nem na «Declaração Universal dos Direitos do Homem», 10.12.1948 nem noutros documentos posteriores a nível civil e político³.

1. O espírito e a letra da Declaração *Dignitatis Humanae* (DH)

A DH apresenta-se, antes de mais, como um documento breve e de linguagem simples e quase familiar. Um documento que deve ser lido por todos, tendo em conta a novidade e o modo como apresenta ao mundo a questão⁴.

² «Ninguém deve ser incomodado por causa das suas opiniões, mesmo religiosas, se ao exprimi-las não perturba a ordem pública constituída pela lei» (art.10).

³ «Cada um tem direito à liberdade de pensamento, de consciência e de religião: este direito compreende a liberdade de mudar a própria religião ou crença e a liberdade, seja individual ou em conjunto, em público ou em privado, de manifestar a própria religião ou crença no ensino, na conduta de vida, no culto e no comportamento» (art.2).

Sobre o contributo de organismos internacionais, cf. entre outros: VÁRIOS, *I Diritti umani nei documenti degli organismi internazionali*, in G. CONCETTI (a/c), *I Diritti Umani*, Roma, Ed. AVE, 1982, pp. 245-440.

⁴ Seguiremos G. M. SIVIERO, *La libertà religiosa dalla Dignitatis Humanae ai nostri giorni*, in *Quaderni di Diritto Ecclesiale* 3/1998, 251ss; F. BIFFI, *I Diritti umani da Leone XIII a Giovanni Paolo II*, in G. CONCETTI (a/c), *I Diritti Umani*, 199-243. Cf. também: *L'Enciclica «Pacem in Terris» – a venticinque anni dalla Pubblicazione*, Testo latino-traduzione italiana, commento a cura del Card. Pietro Pavan, Roma, Editiones Academiae Alphonsianae, 1988; *La libertà religiosa, dichiarazione «Dignitatis humanae»*. Testo della dichiarazione, introduzione, commento e appendice, a/c di

Consta de uma breve introdução e de duas partes. A primeira parte considera a «ratio generalis» da liberdade religiosa (LR), isto é, os princípios filosóficos universais que fundamentam o direito de LR: esta enquanto direito natural e civil, direito do homem que deve ser sancionado pelo Estado. A segunda parte considera a LR à luz da revelação cristã, como direito revelado, direito de que se pode dar razão a partir da mensagem evangélica, palavra genuína de que a Igreja tem consciência de ser portadora a respeito das realidades humanas. Assim, esta doutrina da liberdade religiosa tem fundamentos naturais e sobrenaturais, devido à sua articulação com a dignidade da pessoa e com a Revelação divina.

O próêmio da DH anuncia o tema da LR com uma vénia à sensibilidade hodierna acerca da dignidade da pessoa humana. No texto são nomeados conceitos típicos da cultura moderna como «iniciativa», «liberdade», «consciência», «delimitação jurídica do poder público», «bens do espírito humano», «livre exercício da religião na sociedade». A Igreja conciliar não se fecha aos sinais dos tempos, baseando-se unicamente na própria tradição; vê a própria doutrina numa nova perspectiva.

Mas a passagem mais significativa é aquela que enuncia e defende o direito de toda a pessoa humana à liberdade religiosa, radicado na própria dignidade da pessoa humana, de modo que todos sejam livres na escolha da sua crença, livres na manifestação do culto, e não sejam impedidos de agir em conformidade com a sua consciência:

«Este Concílio Vaticano declara que a pessoa humana tem direito à liberdade religiosa. Esta liberdade consiste no seguinte: todos os homens devem estar livres de coacção, quer por parte dos indivíduos, quer dos grupos sociais ou qualquer autoridade humana; e de tal modo que, em matéria religiosa, ninguém seja forçado a agir contra a própria consciência, nem impedido de proceder segundo a mesma, em privado e em público, só ou associado com outros, dentro dos devidos limites. Declara, além disso, que o direito à liberdade religiosa se funda realmente na própria digni-

P. PAVAN, Brescia, 1967; *La liberté religieuse. Déclaration «Dignitatis Humanae personae»*. Texte latin et traduction française, commentaires, dir. J. HAMER-Y. CONGAR, Paris, 1967, col. Unam Sanctam, n.º 60; P. PAVAN, *Dignità della Persona*, Napoli-Roma, Ed. Dehoniane, 1980.

dade da pessoa humana, como a palavra revelada de Deus e a própria razão a dão a conhecer. Este direito da pessoa humana à liberdade religiosa na ordem jurídica da sociedade deve ser de tal modo reconhecido que se torne um direito civil»⁵.

O direito à liberdade religiosa é um direito de toda a pessoa humana, sem qualquer distinção ou exclusão; é um direito universal inato na sua dignidade, no cidadão da sociedade civil; fundamenta-se na dignidade pessoal de cada pessoa, elementos esses que estão presentes em cada um, seja qual for a circunstância histórica e cultural. A liberdade deriva do direito inviolável de obedecer à própria consciência, o que supõe a liberdade de consciência e de pensamento.

«É um direito que compete a todos os seres humanos: 'este Concílio Vaticano declara que a pessoa humana tem direito à liberdade religiosa': afirmação simples e solene, que confere ao documento conciliar valor histórico: tanto em ordem à vida da Igreja, quanto, pelo menos como reflexo, em ordem à vida de toda a família humana. Não pode haver qualquer dúvida que no entendimento dos Padres conciliares o direito definido e proclamado na Declaração não admite distinções: é igual para todos; é um direito universal que está insito em cada pessoa; em todos os cidadãos da sociedade civil; nos católicos e não católicos; nos cristãos e nos não cristãos; nos crentes e nos não crentes ou ateus; e é tal porque se fundamenta, como se verá posteriormente, sobre elementos constitutivos da sua dignidade pessoal: elementos que se encontram em toda a pessoa: em toda a parte e sempre»⁶.

Compete às comunidades religiosas, não só como indivíduos, mas como colectividades e como «pessoas morais», promover as instituições em que os membros cooperem para ordenar a própria vida segundo os princípios religiosos⁷.

O poder político deve, segundo a DH, n.º 6, promover e defender os direitos humanos e, em particular, a liberdade religiosa: reconhecer e respeitar o direito; elaborar uma protecção jurídica

⁵ Declaração *Dignitatis Humanae*, n.º 2, in *Acta Apostolicae Sedis* 58 (1966) 930-931.

⁶ P. PAVAN, *Dignità della Persona*, 31.

⁷ Cf *Dignitatis Humanae*, n.º 4. Cf. T. BERTONE, *Il rapporto tra la Chiesa e la comunità politica nazionale*, in VÁRIOS, *Il Diritto nel Mistero della Chiesa*, III, Roma, PUL, 1992, 625-626.

desse direito e promovê-lo; condenar toda a espécie de violência contra as pessoas ⁸.

A dificuldade principal, encontrada no Concílio, a propósito da declaração por parte da Igreja, de um verdadeiro e próprio direito pessoal à liberdade religiosa, tinha as suas raízes, na concepção bastante difusa, que «só a verdade tem direitos», enquanto que «o erro não pode ter direitos»; por consequência, somente aqueles que «possuem a verdade» têm direito em comunicá-la e praticá-la publicamente, enquanto que, ao contrário, aqueles que «estão no erro» não podem usufruir do direito a praticá-lo e comunicá-lo publicamente ⁹. Quando muito, tolerava-se essa prática religiosa ¹⁰.

A mentalidade na Igreja Católica era que só a religião católica, sendo a «única e verdadeira religião», deve gozar dos direitos na sociedade; e era em geral esse o significado que se atribuía ao termo de «liberdade religiosa». A grande mudança, realizada no último Concílio, foi o reconhecimento que o direito de liberdade religiosa não concerne o conteúdo da religião, nem as relações pessoais dos seres humanos com a verdade ou o erro, mas unicamente o exercício social da dimensão religiosa da pessoa humana. Por outras palavras, o direito de liberdade religiosa, como é entendido na declaração conciliar, diz respeito às relações entre cidadãos do ponto de vista da liberdade e também à adesão interior à religião; à sua prática externa (actos de culto privados e públicos, individuais e comunitários); à sua manifestação aos outros; e, por fim, à influência das convicções religiosas sobre as várias actividades, incluindo as temporais ¹¹.

Segundo a DH, n.º 9, a doutrina sobre a liberdade inspira-se na Revelação divina, apesar desta Revelação não afirmar explicitamente este direito no âmbito da liberdade religiosa. Ela dá a conhecer a dignidade da pessoa em toda a sua amplitude, mostra o respeito de Cristo pela liberdade do homem no cumprimento do dever de acreditar na Palavra de Deus. A liberdade religiosa na

⁸ Cf. T. BERTONE, *op. cit.*, III, 626-628; P. PAVAN, *Dignità della Persona*, 70-75.

⁹ Cf. F. BIFFI, *I Diritti umani da Leone XIII a Giovanni Paolo II*, in G. CONCETTI (a/c), *I Diritti Umani*, 218.

¹⁰ Cf. Pio XII, *Discurso aos juristas católicos italianos*, 6.12.1953, in *Acta Apostolicae Sedis* 45 (1953) 798-800.

¹¹ Cf. F. BIFFI, *I Diritti umani...*, 218.

sociedade está em profunda união com a liberdade própria do acto de fé cristão, conforme o afirma o n.º 10 da mesma Declaração ¹².

É também indubitável a repercussão positiva deste documento para a dimensão ecuménica e diálogo inter-religioso.

«Do conjunto dos textos conciliares relevantes para esta questão – a Declaração sobre a liberdade religiosa, mas também o Decreto sobre o ecumenismo – podia-se concluir, sem margem para hesitações, que ‘a liberdade religiosa é e deve ser eminentemente ecuménica, e isto por duas razões principais: a primeira é que não pode haver ecumenismo verdadeiro sem liberdade religiosa; e a segunda é que esta liberdade deriva necessariamente do ecumenismo’. Importa assinalar que, para além do próprio acontecimento em si e como elemento importante subjacente ao acolhimento que a Declaração conciliar mereceu no mundo não católico, a aprovação da ‘*Dignitatis Humanae*’ significou a confirmação pelo magistério católico que, não obstante possíveis diferenças de acentuação quanto a aspectos de fundamentação teológica, se estava diante e se podia partir, desde agora, de uma concepção basicamente comum entre as principais confissões cristãs acerca da liberdade religiosa. De facto, as afirmações e preocupações fundamentais da Declaração conciliar coincidem com as que estão presentes na Declaração sobre a liberdade religiosa, aprovada em 1948, pelo Conselho Ecuménico das Igrejas na sua primeira Assembleia Geral realizada em Amsterdão, o que ressalta com toda a evidência numa comparação entre ambas» ¹³.

No Concílio, não se tratava só de colher uma genérica sensibilidade moderna, mas sim de reconhecer alguns factos, algumas conquistas históricas da civilização, como o nascimento formal de novos direitos civis, entre os quais o mais proeminente é o da liberdade religiosa. Estes factos marcaram um progresso jurídico e político que ainda hoje assinala profundamente o horizonte (se não mesmo real) de toda a convivência humana mundial. Só no final do texto da DH se reconhece que «o fermento evangélico trabalhou assim longamente o espírito dos homens e contribuiu

¹² Cf. P. PAVAN, *Dignità della Persona*, 98-101; 106-108.

¹³ J. E. BORGES DE PINHO, *Liberdade religiosa e ecumenismo-caminho realizado e perspectivas para o terceiro milénio*, in M. Saturino C. Gomes (coord.), *Liberdade Religiosa – realidade e perspectivas*, Lisboa, UCP-CEDC, 1998, 288.

muito para que eles, com o decorrer do tempo, reconhecessem mais plenamente a dignidade da sua pessoa e amadurecesse a convicção de que, em matéria religiosa, esta devia ficar imune de qualquer coacção humana na vida social» ¹⁴.

Convém precisar que a liberdade religiosa de que fala o Concílio não é liberdade perante Deus, indiferentismo religioso, relativismo doutrinal, e muito menos liberdade do baptizado face à Igreja (direito de liberdade dentro da comunidade eclesial). O direito de liberdade religiosa é um direito do cidadão no âmbito da sociedade civil. O Concílio inovou a reflexão da Igreja. Essa liberdade era vista no passado como tolerância, considerada como um complexo de garantias oferecidas pelo Estado confessional aos dissidentes da religião católica; hoje é vista como o reconhecimento de um direito da pessoa humana enquanto tal, católica ou não católica, num Estado laico de crentes e de ateus ¹⁵.

Os germens de novidade da DH não se referem, pois, unicamente à posição da Igreja no ordenamento internacional ou às suas relações inter-religiosas, mas também ao seu estilo pastoral e à sua organização interna. Não há dúvida, pois, que a afirmação da dignidade humana, dos direitos e deveres de cada pessoa e da liberdade religiosa tenha imposto à pastoral não somente uma nova consciência do cenário e das circunstâncias, mas também da natureza da sua acção.

Concluindo: se a liberdade cristã pressupõe a liberdade humana, e se a verdade revelada pressupõe a procura humana da verdade, então podemos dizer que a DH abordou de forma objectiva a questão ¹⁶.

2. Intervenções da Igreja em favor da liberdade religiosa

Após o Concílio Vaticano II muitas têm sido as intervenções da Igreja em favor da liberdade religiosa. A área tocada pela liberdade religiosa já não respeita só o lugar do indivíduo no Estado, mas também a relação entre o Estado e comunidades religiosas e as

¹⁴ *Dignitatis Humanae*, n.º 12, in *Acta Apostolicae Sedis* 58 (1966) 938-939.

¹⁵ Cf. T. Bertone, *Il rapporto...*, 623-624.

¹⁶ Cf. G. M. SIVIERO, *La libertà religiosa*, 264-265.

relações entre instituições religiosas diversas dentro do Estado e na comunidade internacional.

A Igreja pós-conciliar tem sublinhado que a liberdade religiosa tem uma referência constitutiva com a evangelização, goza de uma forte ligação com o coração da mensagem cristã e torna-se condição urgente para um correcto desenvolvimento da acção pastoral no mundo moderno ¹⁷.

Para Paulo VI, a finalidade do direito da LR é «assegurar a independência da religião da ingerência incompetente de todo o poder profano e exterior à religião, e também de todo e qualquer abusivo exclusivismo social, político, em campo religioso; não diminui o dever apostólico, mas constitui antes de mais a condição civil para o exercício da actividade missionária, enquanto esta própria nos obriga ao respeito das consciências no anúncio da única verdadeira mensagem da salvação derivante da religião» ¹⁸.

No discurso proferido perante a Assembleia geral da ONU, em 2 Outubro de 1979, o Papa João Paulo II defende os direitos da pessoa humana e, em especial, a liberdade religiosa. Após citar literalmente os números 2 e 3 da DH, afirma o Sumo Pontífice: «Estas palavras tocam a substância do problema. Demonstram também de que modo o mesmo confronto entre a concepção religiosa do mundo e a agnóstica ou até ateia, que é um dos 'sinais dos tempos' da nossa época, poderia conservar leais e respeitadas dimensões humanas sem violar os direitos essenciais da consciência de nenhum homem ou mulher que vivem sobre a terra. O mesmo respeito da dignidade da pessoa humana parece exigir que, quando for discutido ou estabelecido, em vista de leis nacionais ou de convenções internacionais, o justo teor do exercício da liberdade religiosa, sejam envolvidas também as instituições, que por sua própria natureza servem a vida religiosa. Descuidando tal participação, arriscasse impor normas ou restrições num campo tão íntimo da vida do homem, que são contrárias às suas verdadeiras necessidades» ¹⁹.

¹⁷ Ver JOÃO XXIII, *Pacem in Terris*; PAULO VI, *Evangelii Nuntiandi*; JOÃO PAULO II, Encíclicas *Redemptor Hominis* e *Redemptoris Missio*, bem como outros Discursos e intervenções.

¹⁸ PAULO VI, *Mensagem Dia Mundial das Missões*, Vaticano, 25.5.1969.

¹⁹ JOÃO PAULO II, *Discurso Address I desire to Express to the General Assembly of the United Nations Organisation*, 2.10.1979, n.º 20, in *Acta Apostolicae Sedis* 71 (1979) 1158-1159.

Mas é importante recordar também a Mensagem sobre a liberdade de consciência e de religião que João Paulo II enviou em 1980 às autoridades dos países signatários da Acta final de Helsínquia. Nesta ocasião, o Papa insiste em reivindicar o envolvimento das instituições religiosas onde se trata de definir concretamente os conteúdos do direito de liberdade religiosa nas legislações nacionais e/ou nas convenções internacionais ²⁰. O texto é muito interessante porque propõe uma lista de elementos específicos que, do ponto de vista da Santa Sé, determinam o conceito de liberdade religiosa bem como a sua aplicação, seja a nível pessoal como comunitário.

Vejamos alguns aspectos dessa Mensagem:

1. *conteúdos da liberdade religiosa a nível pessoal*

- liberdade em aderir ou não a uma fé determinada e à comunidade confessional correspondente;
- liberdade de cumprir, individual e colectivamente, em privado e em público, actos de oração e de culto, e de ter igrejas ou lugares de culto, segundo as necessidades dos crentes;
- liberdade, para os pais, de educar os seus filhos nas convicções religiosas que inspiram a sua vida, e a possibilidade de fazer frequentar o ensino catequístico e religioso da sua comunidade;
- liberdade, para as famílias, de escolher as escolas ou outros meios que assegurem aos seus filhos esta educação, sem terem de suportar custos elevados por tal motivo;
- liberdade, para as pessoas, de beneficiar da assistência religiosa onde se encontram, especialmente nos lugares públicos de saúde (clínicas, hospitais), nos estabelecimentos militares e prisionais;
- liberdade para poderem participar na vida normal de um cidadão (estudos, carreiras profissionais, vida política...), sem qualquer discriminação ²¹.

²⁰ Cf. Mensagem *L'Église Catholique*, 1.9.1980, in *Enchiridion Vaticanum*, vol. 7, pp. 530-549.

²¹ Cf. *ibidem*, n.4^a), in *EV*, vol. 7, n.565.

2. conteúdos da liberdade religiosa a nível comunitário

- liberdade para cada confissão religiosa constituir a sua jerarquia interna ou os seus ministros, sem qualquer constrição;
- liberdade, para os responsáveis das comunidades religiosas – especialmente, na Igreja católica, para os bispos e para os outros superiores eclesiásticos-de exercer livremente o próprio ministério, de conferir as ordens sagradas aos seus ministros, de nomear as pessoas idóneas para os cargos eclesiásticos, de comunicar e de manter contactos com quem desejarem;
- liberdade de fundarem os próprios institutos de formação religiosa e de estudos teológicos, para acolher os candidatos ao sacerdócio e à vida religiosa;
- liberdade de receber e de publicar livros religiosos sobre a fé e o culto;
- liberdade de utilizar os meios de comunicação social;
- liberdade para exercerem actividades educativas, caritativas e assistenciais, etc. ²².

A Igreja apela à liberdade religiosa, defende a própria instituição recorrendo a princípios jurídicos novos e diversos dos do passado e reconhecidos pelo direito internacional ²³.

Ainda mais recentemente, em Dezembro de 2002, a Santa Sé expressou as suas preocupações com as restrições à liberdade religiosa. O Secretário da Santa Sé para as Relações com os Estados, D. Jean Louis Tauran denunciou que em alguns países «cresce o perigo do monopólio de algumas religiões sobre outras.» Esta acusação foi apresentada na reunião do X Conselho Ministerial da OSCE, que decorreu no Porto entre 6 e 7 de Dezembro.

D. Tauran assinalou que, no ano em curso, «as condições para o exercício da liberdade religiosa deterioraram-se de forma alar-

²² Cf. *ibidem*, n.4b), in *EV*, vol. 7, n.566.

²³ De salientar os discursos do Papa em diversas ocasiões: Sínodos dos Bispos, corpo diplomático, viagens apostólicas, Dia Mundial da Paz Cf. também PONTIFÍCIA COMISSÃO JUSTIÇA E PAZ, *A Igreja e os direitos do homem*, 10.11.1974; PONTIFÍCIA COMISSÃO TEOLÓGICA INTERNACIONAL, *Teses sobre a dignidade e os direitos da pessoa humana*, 1984.

mante.» Numa alusão à situação na Rússia e Bielorrússia, o representante da Santa Sé referiu que «em alguns países aqui representados têm sido adoptadas leis restritivas em matéria de liberdade religiosa. Responsáveis de comunidades crentes, entre os quais um Bispo católico, foram expulsos dos locais onde exerciam o seu apostolado.» A crítica a estas atitudes abordou também a «falta de conhecimento do papel do fenómeno religioso na sociedade civil», bem como «a discriminação dos crentes.»

Reconhecendo que, por motivos históricos, é normal que uma confissão seja maioritária em determinado países e «certos direitos e privilégios lhe sejam reconhecidos», D. Tauran não deixa de criticar que isso aconteça «em detrimento das liberdades fundamentais das outras confissões.» A Igreja Católica recusa que qualquer Igreja «reivindique o monopólio da vida religiosa num território nacional e reclame o apoio do Estado para melhor se assegurar disso.» Nesse sentido, foi louvado o esforço da OSCE para «formar um espaço de liberdade, justiça e estabilidade» que a Santa Sé «não deixa de acompanhar e encorajar» ²⁴.

3. O princípio da liberdade religiosa nas normas da Igreja Católica

3.1. *Alguns princípios*

A solene afirmação do direito de toda a pessoa humana perante a liberdade religiosa, conforme declara a DH, levanta a interrogação sobre a sua relevância dentro do ordenamento canónico²⁵.

Embora a DH não se debruce sobre tal concretamente, podemos encontrar uma referência quando o Concílio afirma que, apesar de alguns comportamentos não coerentes, a Igreja sempre defendeu essa mesma liberdade:

²⁴ Extraído do site www.agenciaecclesia.org, artigo 146948 (a/c de Octávio Carmo). Cf. também: *Intervenção da Santa Sé na 58.ª Sessão da Comissão da ONU sobre Direitos do Homem*, 10.4.2002, in *L'Osservatore Romano*, ed. port., 27.04.02, 2; *Alguns desafios contemporâneos à liberdade religiosa e ao compromisso contra o tráfico de pessoas humanas – Intervenção da Santa Sé na Reunião anual da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa*, 9.9.2002, Varsóvia, in *L'Osservatore Romano*, ed. port., 26.10.2002, 2.

«Ainda que na vida do Povo de Deus, que peregrina no meio das vicissitudes da história humana, houve por vezes modos de agir menos conformes e até contrários ao espírito evangélico, a Igreja manteve sempre a doutrina de que ninguém deve ser coagido a acreditar»²⁶.

Ora, a liberdade religiosa não significa que o homem não tenha o dever moral de procurar a verdadeira religião e de a seguir, ou que lhe seja indiferente seguir qualquer religião (indiferentismo religioso). A liberdade religiosa consiste na imunidade de coacção na sociedade civil para que o cidadão possa cumprir (ou não) o seu dever de seguir a religião que, segundo a sua consciência, pensa ser a verdadeira²⁷.

O CIC recorda o dever de todo o homem em procurar a verdadeira religião e de a ela aderir:

«Todos os homens estão obrigados a procurar a verdade no que concerne a Deus e à sua Igreja, e, uma vez conhecida, em virtude da lei divina têm obrigação e gozam do direito de a abraçar e observar»²⁸.

O homem responde somente perante Deus; nem a sociedade civil, nem a Igreja, nem qualquer pessoa podem punir o homem que não cumpra este dever. «A ninguém é lícito coagir os homens a abraçar a fé católica contra a sua consciência»²⁹.

E se o homem não quer seguir a sua consciência, quando é que ela lhe faz ver claramente que deve abraçar a fé católica? O Código de 1917 afirmava que «por lei divina, todos estão obrigados a aprender (a doutrina evangélica) e a abraçar a verdadeira Igreja de Deus»³⁰. Noutro cânon, dizia-se: «A ninguém se deve obrigar a abraçar a fé católica contra a sua vontade»³¹. A DH di-lo: «Ninguém deve ser coagido a abraçar a fé contra a sua vontade»³².

²⁵ Cf. P. PAVANELLO, *Rilevanza del principio della libertà religiosa all'interno dell'ordinamento canonico*, in *Quaderni di Diritto ecclesiale* 3 (1998) 267-283; M. FALCÃO, *A liberdade religiosa no Código de Direito Canónico*, in M. Saturino C. GOMES (coord.), *Liberdade Religiosa-Realidade e Perspectivas*, 45-69.

²⁶ *Dignitatis Humanae*, n.º 12, in *Acta Apostolicae Sedis* 58 (1966) 938.

²⁷ Cf. M. FALCÃO, *A liberdade religiosa...*, 46.

²⁸ *Codex Iuris Canonici*, a.1983, cân. 748§1.

²⁹ *Codex Iuris Canonici*, a.1983, cân. 748§2.

³⁰ *Codex Iuris Canonici*, a. 1917, cân. 1322§2.

³¹ *Codex Iuris Canonici*, a. 1917, cân. 1351.

³² *Dignitatis Humanae*, n.º 10, in *Acta Apostolicae Sedis* 58 (1966) 936.

Qual a diferença entre o CIC 1917 e o actual?

Enquanto que no primeiro, esta norma era colocada no capítulo dedicado às missões, agora encontra-se no início do Livro III – *munus docendi*. Não é uma proposta isolada – como no primeiro CIC, mas uma obrigação para todos os homens de procurar a verdade e de aderir à mesma.

O cân. 747 evidencia a missão da Igreja em anunciar o Evangelho a todos os povos, missão essa que se cruza com a obrigação moral de cada homem em procurar a verdade religiosa ³³. Ao desempenhar a sua missão, a Igreja deverá evitar toda a forma de coacção, a fim de se garantir a liberdade de fé ³⁴. Por outros termos, o que interessa aqui em primeiro lugar é o respeito da liberdade de qualquer homem em aderir à fé católica. Trata-se, pois, da adesão à Igreja Católica ³⁵.

Em tudo isto, devemos contextualizar as normas no livro III e no conceito de comunhão eclesial. O fiel baptizado tem como primeiro e fundamental valor o dever de viver na plena comunhão, incluindo a adesão à fé da Igreja.

A Igreja não pode exercer nenhuma coacção sobre um fiel mesmo quando ele deixa de professar a fé na sua integridade e/ou queira passar a outra religião. Mas, por seu lado, esse cristão não poderá exigir em permanecer na plena comunhão eclesial da qual se autoexclui. Por sua vez, a Igreja tem não só o direito como também o dever de registar tal autoexclusão e de declará-la ³⁶.

3.2. *Liberdade religiosa e liceidade do Baptismo em perigo de morte «contra a vontade dos pais»*

«A criança filha de pais católicos, e até de não católicos, em perigo de morte, baptiza-se licitamente, mesmo contra a vontade dos pais» ³⁷.

O valor do princípio afirmado pelo cân. 748§2 pode ser compreendido melhor à luz da norma do cân. 868§2 que declara lícito

³³ *Codex Iuris Canonici*, a.1983, cân. 748§1.

³⁴ Cf. DH, n.º 10.

³⁵ Cf. P. PAVANELLO, *Rilevanza del principio...*, 268-269.

³⁶ Cf. DH, nn.10; 12.

³⁷ *Codex Iuris Canonici*, a.1983, cân. 868§2.

o baptismo conferido em perigo de morte à criança, filho de pais católicos ou de não católicos, mesmo «contra a vontade dos pais».

Muitos comentadores têm relevado a complexidade desta norma, justamente porque parece contradizer o princípio da liberdade religiosa afirmado pelo Concílio que inclui o direito dos pais a decidir sobre a educação dos filhos ³⁸.

A comissão de revisão do CIC de 1917 tinha uma outra redacção:

«A criança, seja de pais católicos, seja também de não católicos, que esteja em perigo de vida, considerando-se que morrerá antes de alcançar o uso da razão, é baptizada lícitamente, desde que os pais não sejam contrários» ³⁹.

O CIC 1917 falava em geral dos filhos dos infiéis, o novo CIC refere-se aos filhos dos católicos e dos acatólicos: aos filhos dos cristãos que não estão em plena comunhão com a Igreja Católica. A expressão «em perigo de vida» foi substituída por «em perigo de morte», limitando, segundo a opinião de alguns, a amplitude dos casos examinados ⁴⁰.

O CIC limita a norma aos filhos dos baptizados (tanto católicos como acatólicos): significa que não é lícito baptizar contra a vontade dos pais os filhos dos não baptizados. É sempre uma concessão! Mas porque não se permite que os pais católicos e acatólicos não permitam o baptismo dos filhos?

Devemos interpretar no sentido de que a condição dos pais serem baptizados torna a sua posição não legítima... Assim, a Igreja prescinde dessa vontade contrária e em perigo de morte acha que baptiza lícitamente ao conferir o Baptismo aos seus filhos. Na situação específica de perigo de morte, o direito ao Baptismo prevalece sobre a necessidade de autorização dos pais ⁴¹.

Sobre este ponto, pensa-se que a norma toca a questão do fundamento dos direitos no ordenamento canónico, que não deve cingir-se unicamente ao respeito absoluto de uma vontade livre,

³⁸ «A estes (pais) cabe o direito de determinar o método de formação religiosa a dar aos filhos, segundo as próprias convicções religiosas»: *Dignitatis Humanae*, n.º 5, in *Acta Apostolicae Sedis* 58 (1966) 933.

³⁹ *Schema De Sacramentis* 1975, in *Communicationes* 7 (1975) 30. E o *Schema de 1980* inspira-se ainda no CIC 1917.

⁴⁰ Cf. P. PAVANELLO, *Rilevanza del principio...*, 273.

⁴¹ Cf. *ibidem*, 273.

mas a uma ordem objectiva ⁴². Sendo o Baptismo um bem absoluto, necessário à salvação, estabelece-se que tem prioridade o bem espiritual da pessoa ⁴³.

É a partir da condição de baptizados dos pais, que a norma codicial faz derivar a legitimidade de conferir o baptismo aos filhos mesmo contra a vontade dos pais, o que já não acontece com os filhos dos não baptizados.

3.3. *Baptismo dos adultos*

A Igreja, respeitando a opção de cada homem, não pode obrigar ninguém a professar a fé.

O Código de Direito Canónico exige, para que um adulto seja admitido ao Baptismo, que o peça livremente ⁴⁴. O cân. 865 aponta as condições para um adulto ser baptizado: que tenha manifestado a vontade de receber o Baptismo (§1); e se se encontrar em perigo de morte, que tenha revelado de qualquer modo essa intenção (§2). A manifestação da vontade para receber o Baptismo é necessária para a validade do acto, não é só para a liceidade. Os candidatos não são puramente passivos na acção baptismal: se por um lado, são incapazes de salvar-se sozinhos, a graça não pode salvá-los sem o seu consentimento ⁴⁵. A situação de perigo de morte compreende também os casos em que não há um perigo próximo de morte. Este cânón contempla conjuntamente o caso de quem é capaz de pedir o baptismo e o da pessoa que já não estará em situação de o pedir ⁴⁶.

⁴² Cf. G. LO CASTRO, *Il soggetto e i suoi diritti nell'ordinamento canonico*, Milano, 1985, 298.

⁴³ Cf. M. BLANCO, *Comentario al can.868*, in *Comentario Exegético al Código de Derecho Canónico*, vol. III/1, Pamplona, Eunsa, 1995, 2.^a ed., 485-487.

⁴⁴ Cf. *Codex Iuris Canonici*, a.1983, cân. 787§2. Por adulto, entende-se toda a pessoa que, passada a infância, chegou ao uso da razão (cân. 852§1).

⁴⁵ Cf. M. BLANCO, *Comentario al can.865*, in *Comentario Exegético al Código de Derecho Canónico*, vol. III/1, Pamplona, Eunsa, 1995, 2.^a ed., 477-480.

⁴⁶ Cf. *ibidem*, 479.

3.4. *Abandono da Igreja Católica e sujeição às leis «puramente eclesiais»*

«Estão obrigados às leis meramente eclesiais os baptizados na Igreja Católica ou nela recebidos, que gozem de suficiente uso da razão, e, a não ser que outra coisa expressamente se estabeleça no direito, tenham completado sete anos de idade» ⁴⁷.

O §3 do *Schema de 1980* enunciava que quem abandona a Igreja está obrigado a observar as leis «puramente eclesiais».

Não há dúvida que o cân. 11 considera esta categoria de fiéis entre aqueles que estão sujeitos não só às leis que promanam do direito divino, mas também às normas positivas da Igreja. «Semel catholicus, semper catholicus» ⁴⁸.

Porque não se menciona explicitamente essas pessoas?

O facto que o texto do CIC tenha evitado afirmar explicitamente que também os baptizados que abandonam a Igreja Católica estão obrigados às leis «puramente eclesiais», foi interpretado como uma confirmação da obrigação jurídica, sem contudo atribuir-lhe um valor doutrinal, deixando aberta a possibilidade de excepções em alguns âmbitos.

Tratar-se-ia de uma solução de compromisso, que por um lado tende a evitar uma concepção equívoca da liberdade religiosa, pelo que seria possível entrar e sair da Igreja segundo o próprio arbítrio; por outro lado, uma visão pseudo-jurídica que pretenderia impor todas as leis da Igreja (não só as normas de direito divino) também a quem abandonou formalmente.

Não se trata tanto da liberdade de abandonar a Igreja, mas do problema daqueles que não reconhecem a obrigação que nasce da pertença à Igreja como comunidade visível... Mas, como é que uma pessoa pode sentir-se obrigada por leis emanadas de uma autoridade que não reconhece?

A apostasia é muito mais ampla do que o abandono da Igreja. Há penas: «...o apóstata da fé, o herege e o cismático incorrem em excomunhão *latae sententiae*» ⁴⁹.

⁴⁷ *Codex Iuris Canonici*, a.1983, cân. 11.

⁴⁸ A este propósito, veja-se o Concílio de Trento, cân. 8 da sessão VII (DS 1621).

⁴⁹ *Codex Iuris Canonici*, a.1983, cân. 1364§1.

Há quem defenda que a obrigação derivante da lei canónica seja sobretudo de carácter moral e espiritual e, portanto, a sua eficácia dependa da adesão pessoal; de modo que não deve causar admiração a afirmação do princípio pelo que o simples facto de ter abandonado a fé e de se ter separado da comunidade eclesial não dispensa da observância da lei ⁵⁰.

Tenhamos presente que a coacção canónica se baseia em factores de índole espiritual (e não sobre o recurso à violência física), cuja eficácia depende em boa parte da fé e das disposições pessoais. É razoável estabelecer, em linha de máxima, uma obrigação objectiva de observar as leis, e que não seja abolido pelo simples facto de ter abandonado a fé ou danificado a comunhão jerárquica ⁵¹.

O próprio conceito de lei «puramente eclesiástica» deveria levar a concluir que não lhe estão sujeitos aqueles que se colocaram fora da comunidade: deveriam ser leis que regulamentam de modo positivo as relações dentro da comunidade e, portanto, teriam um significado coercitivo para quem não reconhece a autoridade eclesial ⁵². O abandono da Igreja Católica não influi nos aspectos teológicos do Baptismo, mas na comunhão eclesial. Por consequência, a insistência na obrigação «objectiva» das leis eclesiásticas não se justifica!...

3.5. *Liberdade religiosa na Igreja?*

Como o sublinha a Constituição dogmática *Dei Verbum* (DV), Cristo confiou o depósito da fé à Igreja, para que pela colaboração contínua do Espírito Santo ela o guarde, o aprofunde, o ensine fielmente e o explique ⁵³. A Igreja é sinal e realizadora eficaz da salvação, isto é, sacramento no mundo ⁵⁴. Cristo confiou-lhe a missão de anunciar a Palavra de Deus que tem um conteúdo determinado, e o Evangelho de Cristo que é independente da opinião humana. A missão profética da Igreja realiza-se numa ordem determinada pelo seu magistério e pela acção dos fiéis ⁵⁵.

⁵⁰ Cf. P. PAVANELLO, *Rilevanza del principio...*, 276.

⁵¹ Cf. *Ibidem*, 276.

⁵² Cf. *Ibidem*, 277.

⁵³ Cf. DV, n.º 10.

⁵⁴ Cf. Constituição Dogmática *Lumen Gentium*, n.º 1.

⁵⁵ Cf. Peter ERDO, *Liberté religieuse dans l'Église*, in *Apollinaris* 3-4 (1995) 613.

É a partir desta missão que se baseia a obrigação e o direito da Igreja em anunciar o Evangelho a todas as nações, independentemente de todo o poder humano ⁵⁶. A Igreja existe para proclamar o Evangelho, evangelizar é a graça e a vocação própria da Igreja, a sua identidade mais profunda ⁵⁷.

O Concílio e o novo CIC têm em conta não só a Igreja que anuncia a Palavra de Deus, mas também aqueles que a acolhem. Cada homem é obrigado a procurar a verdade em relação com Deus e com a Igreja. Depois de ter reconhecido esta verdade, ele é obrigado a aceitar o Evangelho e a Igreja, aderindo às verdades reconhecidas. Deste modo, não é permitido a ninguém coagir os outros a abraçar esta ou aquela fé ⁵⁸.

Dentro da Igreja há deveres e direitos. Uma liberdade religiosa sem limites estaria em contradição com a própria essência da Igreja, porque a Igreja é um povo unido pelo laço de uma única profissão de fé ⁵⁹.

Se por liberdade religiosa se entende a imunidade de coacção na sociedade civil para que o cidadão possa seguir uma religião, é claro que não faz sentido falar de liberdade religiosa na Igreja. Há o direito de uma pessoa (qualquer) aderir à Igreja Católica, livre de imposição.

Se lermos os cânones 208-223 – deveres e direitos dos fiéis – não encontramos uma formulação explícita desse direito. Nem sequer o cân. 748§2 que, como vimos, diz respeito à missão de anunciar o Evangelho a quem não pertence à Igreja.

Falar de um direito (dentro da Igreja) à liberdade religiosa pode ser equívoco e perigoso. A Igreja não pode forçar a permanência dos seus membros dentro dela, recorrendo à coacção civil ou outros procedimentos formalmente seculares ⁶⁰.

Se se quer falar de um «direito à liberdade religiosa», não se deve usar este termo em sentido unívoco a respeito dos ordena-

⁵⁶ *Codex Iuris Canonici*, a.1983, cân. 747§1.

⁵⁷ Cf. *Evangelii Nuntiandi*, n.º 14.

⁵⁸ Cf. *DH*, n.º 2.

⁵⁹ Cf. *Codex Iuris Canonici*, a.1983, cân. 205.

⁶⁰ Cf. A. ROUCO VARELA, «Fundamentos eclesiológicos de una teoría general de los derechos fundamentales del cristiano en la Iglesia», in E. CORECCO-N. HERZOG-A. SCOLA, *I diritti fondamentali del Cristiano nella Chiesa e nella Società*, Milano, Giuffrè, 1981, 61.

mentos civis modernos: não se trata tanto de dois modos diversos de entender a liberdade religiosa (dentro e fora da Igreja), mas de uma visão diversa do direito e do seu fundamento ⁶¹. Mais do que liberdade religiosa dentro da Igreja, poder-se-á falar de «liberdade das consciências» ⁶².

«A Igreja propõe aos fiéis as verdades de fé em que acreditar e preceitos para cumprir. Embora o faça com autoridade – *auctoritas*, em relação ao magistério; *potestas*, em relação ao governo –, o espírito evangélico é de molde a procurar conseguir mais com a persuasão e o afecto (*caritas*) do que com a injunção e o temor (*coactio*). ‘Deus deseja mais ser amado que temido’ (S. Pedro Crisólogo, *Sermão 108*, in *Liturgia das Horas*, Ofício de Leitura da Semana IV do Tempo Pascal)» ⁶³.

De notar que a pertença à Igreja não se equipara à liberdade de pertença a uma associação ou clube desportivo; o cidadão pode sempre abandonar o grupo. Na Igreja há a liberdade na fé, ela pretende que cada cristão siga fielmente o seu Senhor ao qual está ligado pelo Baptismo.

4. Readmissão de ex-membros de seitas

Há muitos católicos que abandonam a Igreja e se refugiam nas seitas. Há aqueles que têm uma dupla pertença, há outros que não regressam mais e há os que regressam ⁶⁴.

Um ex-católico, saído das seitas, terá de fazer um caminho de conversão antes de se inserir de novo na Igreja Católica. Isto deve-se, antes de mais, à mentalidade adquirida no interior do novo grupo e que pode dificultar a sua adaptação e comunhão.

O cân. 751 do CIC trata explícita e directamente das diversas formas de recusa da fé ou da Igreja por parte de um baptizado. Temos a heresia (negação ou dúvida pertinaz de alguma verdade que se deve crer com fé divina e católica), a apostasia (repúdio total

⁶¹ Cf. P. PAVANELLO, *Rilevanza del principio...*, 282.

⁶² Cf. M. FALCÃO, *A liberdade religiosa...*, 62.

⁶³ Cf. *ibidem*, 62.

⁶⁴ Cf. B. CADEI-E. ZANETTI, *Readmissão das ex-Testemunhas de Jeová na Igreja Católica*, in *Forum Canonicum* 18 (1997) 2-15.

da fé cristã), o cisma (recusa da sujeição ao Sumo Pontífice ou da comunhão com os membros da Igreja que lhe estão sujeitos).

Nas outras partes do Código encontramos algumas formulações, nem sempre uniformes. No cân. 194§1,2.º, por exemplo, a expressão «abandonar (*deficere*) publicamente a fé católica ou a comunhão da Igreja» e o cân. 694§1,1.º diz: «tenha abandonado (*deficere*) notoriamente a fé católica»; no cân. 1071§1,4.º, temos a expressão «rejeitar notoriamente», mas, em latim, o verbo usado é «abdicere»; nos cânones 1086§1, 1117 e 1124, encontramos «e não a tenha abandonado por um acto formal», «saído por um acto formal», «não tiver saído por um acto formal», respectivamente ⁶⁵.

Seria necessário que o CIC dedicasse alguns cânones aos casos de abandono do cristianismo e de eventual readmissão à plena comunhão com a Igreja Católica.

A excomunhão

Excomungar significa separar alguém da comunhão. Todas as sociedades possuem o direito de expulsar o membro que atentar contra os bens fundamentais da comunidade ou os direitos dos demais. Assim, aconteceu na Igreja desde os primeiros tempos ⁶⁶.

O Código actual não nos oferece uma definição de excomunhão e, por isso, temos de fundamentar-nos no CIC de 1917. «A excomunhão é uma censura pela qual se exclui alguém da comunhão dos fiéis, com os efeitos que se enumeram nos cânones que se seguem e que não podem separar-se» (cân. 2257). O efeito principal desta censura é a perda da comunhão eclesial. O excomungado não pode receber os sacramentos, que são a expressão mais vigorosa dessa comunhão. A *communio* determina o espaço vital e o *modus agendi* normal do fiel na Igreja. Tem uma raiz ontológica que promana do Baptismo e que nunca se perde. Esta comunhão possui duas dimensões mutuamente implicadas, mas diferenciáveis: uma mística e outra jurídica ⁶⁷.

⁶⁵ Cf. *ibidem*, 7.

⁶⁶ Sobre o seu lugar na vida da Igreja, cf. J. BORNAL, *De censuris*, in A. MARZOJA-J. MIRAS-R. RODRÍGUEZ-OCAÑA, *Comentário Exegético al Código de Derecho Canónico*, vol. IV/1, Pamplona, EUNSA, 1997, 2.ª ed., 355-356.

⁶⁷ Cf. *ibidem*, 356.

Apostasia

A passagem de um católico para as Testemunhas de Jeová, através da recepção do Baptismo, é uma apostasia, tal como a encontramos no cân. 751: «...apostasia, repúdio total da fé cristã...». Este repúdio ou recusa da fé cristã implica uma grave ofensa à comunhão eclesial, é um abandono ou separação formal da Igreja Católica ⁶⁸. «Ao renegar *in toto* o objecto formal da fé cristã, o apóstata abandona esta fé, nega a autoridade de Deus, que se revela em Jesus Cristo, e separa-se, portanto, da comunidade fundada e animada pelo próprio Cristo, portanto, da Igreja, e, em particular, no caso de um católico, da Igreja Católica. Daí a dupla conotação da condição canónica do católico que se tornou Testemunha de Jeová: repúdio total da fé cristã (apostasia) e abandono formal da Igreja Católica, com a consequente perda da plena comunhão com ela» ⁶⁹.

Também aqui será preciso distinguir entre o «pecado» e o «delito» da apostasia. O acto de apostasia implica uma responsabilidade moral diante de Deus; mas para que se torne um delito, com as consequências canónicas, deve assumir os elementos próprios do delito, deve consistir numa violação externa de uma lei ou de um preceito gravemente imputável, por dolo (por vontade deliberada) ou por culpa (por negligência), violação para a qual existe uma pena ou uma sanção canónica (cf. cân. 1321 §§ 1 e 3). Para ser delito, é preciso existirem os elementos essenciais do delito, com referência particular ao cân. 1330 ⁷⁰.

«Sem prejuízo do cân. 194,§1, n.º 2, o apóstata da fé, o herege e o cismático incorrem em excomunhão *latae sententiae*; o clérigo pode ainda ser punido com as penas referidas no cân. 1336,§1, ns.1, 2 e 3» ⁷¹. «Se o exigir a contumácia prolongada ou a gravidade do escândalo, podem acrescentar-se outras penas, sem exceptuar a demissão do estado clerical» ⁷².

⁶⁸ O CIC de 1917 definia deste modo o apóstata: «...si a fide christiana totaliter recedit, apostata...» (cân. 1325§2). No CIC de 1983 não se define o apóstata (o herético e cismático), mas sim a apostasia (a heresia e o cisma).

⁶⁹ *Ibidem*, 8.

⁷⁰ «O delito que consistir em declaração, ou em outra manifestação da vontade ou de doutrina ou de conhecimento deve considerar-se como não consumado, se ninguém se tiver apercebido dessa declaração ou manifestação» (cân. 1330).

⁷¹ *Codex Iuris Canonici*, a.1983, cân. 1364§1.

⁷² *Codex Iuris Canonici*, a.1983, cân. 1364§2.

Há situações em que o fiel não incorre em pena de excomunhão, ligada *ipso facto* ao delito de apostasia, apesar de a ter cometido ⁷³. Avaliados todos esses casos, então poder-se-á chegar à conclusão se alguém está ou não excomungado devido à apostasia.

Sucedo, por vezes, que os filhos se tornam membros de uma seita porque os pais ou os familiares também o são e fizeram pressão sobre eles. Ou, então, mesmo quando os filhos são pequenos, às vezes os pais inscrevem-nos nas seitas. Se isto é antes dos 18 anos, a pessoa não incorre em excomunhão *latae sententiae*; mas incorre na mesma se, após esta idade, praticar qualquer acto que confirme a sua pertença a este movimento.

Com a diligência requerida, é preciso verificar se um católico que se tornou membro de uma seita cometeu o delito de apostasia e se incorreu na pena *latae sententiae* de excomunhão. Se assim acontecer, a pessoa fica privada dos meios da graça e, em particular, dos sacramentos ⁷⁴. Exceptua-se quando o réu se encontra em perigo de morte (cân. 1352§1). A recepção dos sacramentos suspende-se também quando haja perigo de grave escândalo ou infâmia, mas só se a pena *latae sententiae* não tiver sido declarada, nem for notória no lugar em que o delinquente se encontra (cân. 1352§2).

A Igreja, respeitando a opção daqueles que quiseram ingressar nas seitas, «não pode deixar de considerar esse acto como uma recusa formal da fé cristã e um abandono da comunidade eclesial. Este é o significado eclesial do conceito de «delito»: reconhecimento público de uma grave violação da fidelidade ao cristianismo; é também este o significado eclesial do conceito de «excomunhão»: declaração da situação de não plena comunhão com a Igreja Católica. Trata-se, na realidade, de um serviço à verdade sobre a situação eclesial em que se encontra um apóstata (assim como um herege, ou um cismático), situação essa que ultrapassa o nível da simples convicção subjectiva do fiel em causa» ⁷⁵.

⁷³ O cân. 1323 prevê essas circunstâncias: quem não tiver completado dezasseis anos de idade; aquele que, sem culpa, ignorava que infringia a lei ou o preceito (a menos que isso fosse fruto de grave negligência); aquele que agiu por violência física, coagido por medo grave, necessidade ou grave incómodo; aquele que carecia do uso da razão. O cân. 1324, por seu lado, tipifica aquelas situações em que a pena pode ser atenuada para o autor da violação, desde que o superior assim o decida.

⁷⁴ Cf. cân. 1331§1,2.º.

⁷⁵ B. CADEI – E. ZANETTI, *Readmissão...*, 10-11.

Como proceder para a readmissão à Igreja Católica?

O primeiro acto é o da remissão da excomunhão *latae sententiae* (não declarada). A remissão da pena, com base no cân. 1355§2, pode ser efectuada pelo Ordinário do fiel, ou pelo Ordinário do território onde ele se encontrar, ou no qual tenha cometido a apostasia. Isto pode acontecer tanto no foro interno (sacramental ou não sacramental), como no foro externo ⁷⁶. Se a remissão da excomunhão ocorrer no foro interno sacramental, o confessor limitar-se-á a usar a fórmula da absolvição dos pecados, sem qualquer acrescento, pondo, apenas, a intenção de levantar também a pena. Se, porém, a remissão da excomunhão suceder fora da confissão (seja no foro interno, seja no foro externo), então, o superior, no uso da faculdade devida, deve usar a seguinte fórmula: «Pela autoridade do poder que me foi confiado, eu te absolvo do vínculo da excomunhão. Em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo» ⁷⁷. Se a remissão ocorrer no foro externo, deve ser dada por escrito (cf. cân. 1361§2).

Esta é a via normal para a remissão da excomunhão e que pode ser aplicada a um católico, ex-membro de uma seita ou das Testemunhas de Jeová. Na aplicação da remissão dever-se-á usar da discrição devida, por respeito à própria pessoa: «Haja o cuidado de que não se divulgue o pedido de remissão ou a própria remissão, a não ser na medida em que isso seja útil para defender a fama do réu ou necessário para reparar o escândalo» ⁷⁸.

A remissão da pena só terá lugar quando o fiel tiver deposto a contumácia, isto é, se se tiver arrependido verdadeiramente do delito cometido (cf. cân. 1358§1) e tiver reparado os danos do escândalo, ou pelo menos tenha prometido fazê-lo com seriedade. Uma pena reparadora deverá ser-lhe imposta (cf. cc.1347§2 e 1358).

⁷⁶ O Bispo pode levantar a excomunhão no acto da confissão sacramental; o cônego penitenciário (ou outro sacerdote) tem a faculdade ordinária de absolver no foro sacramental das censuras *latae sententiae* não declaradas nem reservadas à Sé Apostólica mas não a pode delegar (cf. cân. 508).

Sobre esta questão da remissão das penas, cf.: FERREIRA, Sebastião Pires, *Remissão das penas: foro interno e foro externo*, in AA.VV., *Codex Iuris Canonici de 1983: 10 anos de aplicação na Igreja e em Portugal*, Lisboa, UCP-CEDC, 1995, 293-326.

⁷⁷ Cf. Apêndice I ao *Ritual da Penitência*: «A absolvição das censuras», in *Ritual da Penitência*, ed. portuguesa, Gráfica de Coimbra-Conferência Episcopal Portuguesa, 1997, 2.^a ed., p. 292.

⁷⁸ *Codex Iuris Canonici*, a.1983, cân. 1361§3.

Para além da excomunhão, o CIC actual não refere os procedimentos ou ritos para a readmissão do apóstata na plena comunhão com a Igreja Católica. O CIC de 1917, pelo contrário, afirmava o seguinte:

«A absolvição da excomunhão, a qual, no §1, é dada *in foro conscientiae*, está reservada de modo especial à Sé Apostólica. Se, porém, o delito de apostasia, heresia ou cisma tiver sido praticado no foro externo do Ordinário de Lugar, também através de confissão voluntária, o mesmo Ordinário, mas não o Vigário geral, a não ser por mandato especial, pode absolver o penitente no foro externo através do seu poder ordinário, depois de abjuração realizada de acordo com o estipulado, e observadas as outras normas previstas pelo direito; uma vez absolvido, este pode ser absolvido do pecado por qualquer confessor *in foro conscientiae*. A abjuração cumpre-se juridicamente quando é feita diante do mesmo Ordinário do Lugar ou de um seu delegado e diante de, pelo menos, duas testemunhas» ⁷⁹.

Após o Vaticano II deixou de existir um ritual semelhante ao de antigamente; existe apenas o «Rito de admissão à plena comunhão da Igreja católica daqueles que já tinham sido baptizados validamente», como Apêndice ao «Rito para a iniciação cristã dos adultos». Afirma-se que, para o fiel não católico, que pede para entrar na Igreja católica, já não se exige qualquer abjuração, mas apenas uma profissão de fé ⁸⁰. O rito de admissão prevê a recitação do credo por parte do candidato, de acordo com o símbolo niceno-constantinopolitano, acrescido da fórmula: «Creio e professo todas as verdades que a santa Igreja católica crê, ensina e anuncia como sendo de revelação divina» (n.º 15). Segue-se, então, o acolhimento na Igreja por parte do celebrante. Mas isto aplica-se unicamente aos fiéis baptizados numa comunidade eclesial não católica e acolhidos na plena comunhão da Igreja católica. Não é a mesma situação dos que regressam à Igreja católica, provenientes das seitas.

Deveria haver, para além do acto de remissão eventual da excomunhão, um sinal exterior do caminho que levou o fiel a arrepen-

⁷⁹ *Codex Iuris Canonici*, a.1917, cân. 2314§2. O CIC de 1917 usava como fonte o *Pontificale Romanum Summorum Pontificum jussu editum a Benedicto XIV et Leone XIII Pont. Max. (recognitum et castigatum)*.

⁸⁰ Cf. *Praenotanda*, n.º 6.

der-se da apostasia cometida, a regressar à fé cristã e à plena comunhão com a Igreja Católica ⁸¹.

Como relacionar a readmissão com a recepção dos sacramentos da iniciação cristã? Antes de mais, o rito da profissão de fé deve ser precedido de confissão sacramental do fiel (caso não o tenha feito ainda no contexto da remissão da excomunhão no foro interno sacramental). Se a pessoa quer estar em plena comunhão com a Igreja deverá participar da Eucaristia, logo que seja aconselhável. Se ainda não recebeu a Confirmação, o Bispo deverá dizer se o crisma será ministrado no rito de readmissão ou mais tarde, selando assim a sua readmissão com a plenitude do Espírito Santo. É o que aconselha o rito de admissão à Igreja católica dos fiéis oriundos de comunidades cristãs não católicas.

A analogia entre as duas situações foi decidida pela Comissão pontifícia para a interpretação autêntica dos decretos do Vaticano II:

«A faculdade segundo a qual, no Rito de admissão à plena comunhão com a Igreja Católica daqueles que foram baptizados validamente (*Praenotanda*, n.º 8) e no Rito da Confirmação (*Praenotanda*, n.º 7b), o Presbítero mandatado pelo Bispo para a admissão pode administrar a Confirmação ao candidato no próprio acto de admissão, inclui também o caso da readmissão de um apóstata da fé ainda não confirmado» ⁸².

Não havendo outras orientações mais precisas, temos aqui uma referência que nos pode ajudar a elaborar critérios para os fiéis que regressam à fé cristã e à plena comunhão com a Igreja católica, depois de a terem abandonado através de um acto formal ⁸³.

M. SATURINO GOMES

⁸¹ Cf. B. CADEI -E. ZANETTI, *Readmissão...*, 13.

⁸² PONTIFICIA COMMISSIO DECRETIS CONCILII VATICANI II INTERPRETANDIS, *Responsa ad proposita dubia*, I. De ministro Sacramenti Confirmationis, 25.4.1975, in *Acta Apostolicae Sedis* 67 (1975) 348.

⁸³ Cf. B. CADEI -E. ZANETTI, *Readmissão...*, 15.